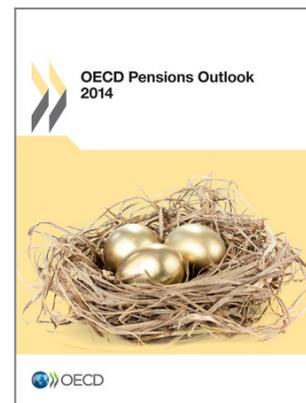


OECD *Multilingual Summaries* OECD Pensions Outlook 2014

Summary in Portuguese



Leia todo o livro em: 10.1787/9789264222687-en

Panorama das Pensões da OCDE 2014

Sumário em Português

A presente edição do Panorama das Pensões da OCDE analisa a forma como os sistemas de pensões estão a dar resposta aos desafios com que se confrontam. O envelhecimento da população e uma conjuntura económica difícil que se caracteriza por uma baixa rendibilidade, um crescimento insuficiente e taxas de juro reduzidas criam problemas graves para os sistemas de pensões, que afetam quer os sistemas de pensões públicos, de repartição (também conhecidos como pay-as-you-go), quer os sistemas em regime de capitalização.

O aumento do valor das contribuições e dos anos de desconto resolve em parte os desafios que o envelhecimento da população suscita aos sistemas de pensões

Como resultado do envelhecimento da população e, em especial, das melhorias contínuas nos índices de mortalidade e na esperança de vida, as pensões no regime de repartição, ou “pay-as-you-go”, enfrentam problemas de sustentabilidade financeira, as pensões de benefício definido têm de garantir uma solvência continuada, e as pensões de contribuição definida (CD) têm de considerar formas de garantir às pessoas a disponibilização de um rendimento adequado quando estas se reformam. O aumento do valor das contribuições e dos anos de desconto, designadamente através do adiamento da reforma à medida que aumenta a esperança de vida, é a melhor forma de enfrentar estes desafios.

Os fundos de pensões e os fornecedores de anuidades estão expostos ao risco da longevidade devido à incerteza relativamente às melhorias futuras ao nível da mortalidade e da esperança de vida. Para fazer face ao risco de aumentos não previstos nas responsabilidades, os reguladores e decisores políticos devem assegurar a utilização, por parte dos fundos de pensões e dos fornecedores de anuidades, de tabelas de mortalidade periodicamente atualizadas, que integrem as futuras melhorias ao nível da mortalidade e da esperança de vida. O quadro regulamentar também pode ajudar a garantir a disponibilização de capacidade adicional por parte dos mercados de capitais, tendo em vista a mitigação do risco de longevidade, respondendo à necessidade de transparência, harmonização e liquidez. Instrumentos financeiros fundamentados em índices e a publicação de um índice de longevidade que sirva de valor de referência à determinação do preço e à avaliação do risco das coberturas de longevidade seriam úteis neste sentido. Além disso, o quadro regulamentar deve reconhecer a redução em termos de exposição ao risco que é proporcionada por estes instrumentos.

Os países estão a acelerar o ritmo das reformas das pensões tendo em vista a estabilização quer da insustentabilidade da dívida pública, quer das despesas associadas às pensões públicas, fazendo face ao mesmo tempo às preocupações relativamente à adequação das pensões perante o envelhecimento das sociedades

A maior parte dos países desenvolveu uma atividade intensa ao nível da alteração dos seus sistemas de pensões entre fevereiro de 2012 e setembro de 2014. Uma maioria desses países implementou reformas tendo em vista a melhoria da sustentabilidade financeira dos seus sistemas de pensões; alguns fizeram-no ao mesmo tempo que mantiveram ou melhoraram a adequação do rendimento da reforma para os grupos vulneráveis. Apenas alguns países – os que foram mais gravemente afetados pela crise económica – recorreram a reduções nominais das prestações. Um número maior de países aumentou os impostos sobre as pensões pagas e as contribuições para regimes de prestações públicos definidos, recorrendo de forma alargada à redução ou adiamento da indexação das prestações de pensões para mitigar as despesas.

Muitos países tencionam aumentar a idade legal de passagem à reforma, alargando desse modo a base contributivo, e preservando ao mesmo tempo a adequação para aqueles que efetivamente trabalham durante mais tempo. Os incentivos ao trabalho foram reforçados através de um acesso mais restrito à reforma antecipada e/ou do aumento dos incentivos financeiros ao trabalho. Têm sido instituídas com bastante frequência medidas destinadas a diminuir os custos da administração das pensões com vista à obtenção de ganhos de eficiência.

Para solucionar as preocupações relativamente à adequação dos rendimentos, alguns países alargaram a cobertura obrigatória das prestações das pensões a grupos anteriormente excluídos (como os trabalhadores por conta própria), tendo outros introduzido novas prestações. Vários países aumentaram as contribuições obrigatórias para os regimes de contribuição definida (CD). E também têm sido instituídas políticas destinadas a aumentar a diversificação e a garantir as poupanças das pensões privadas no rescaldo da crise financeira.

Uma combinação de um aumento das taxas de cobertura, dos níveis de contribuição e da idade de reforma efetiva, bem como uma conjuntura económica positiva potenciarão o papel complementar desempenhado pelas pensões privadas

As pensões privadas desempenham um papel importante de apoio à adequação do rendimento de reforma. Contudo, não constituem geralmente a fonte principal de rendimento de reforma, exceto no caso dos indivíduos que auferem rendimentos mais elevados. As gerações mais jovens poderão, com maior probabilidade do que as gerações mais velhas, ter de contar com pensões privadas quando se reformarem, exceto nos países onde as pensões privadas já existem há muito tempo.

As opções disponíveis ao nível das políticas tendo em vista um aumento do papel complementar desempenhado pelas pensões privadas incluem o aumento das taxas de cobertura, por exemplo, através da inscrição obrigatória ou automática; a criação de incentivos para que as pessoas contribuam mais e por mais tempo, por exemplo, através do adiamento da reforma; a orientação dos esforços para subgrupos das populações que necessitem de um melhor acesso a pensões privadas; e um alinhamento mais profundo entre as pensões públicas e privadas. Seria igualmente útil uma conjuntura económica positiva com retornos mais elevados relativamente aos ativos e um maior aumento da produtividade.

O sucesso dos regimes de inscrição automática no aumento da cobertura das pensões privadas depende da sua conceção, das campanhas de comunicação e de educação que acompanham o seu lançamento e implementação, e da interação com outros incentivos existentes

Os dados concretos disponíveis relativamente a seis países da OCDE mostram que a inscrição automática tem um impacto positivo na cobertura. Contudo, os níveis de cobertura ainda não estão em valores semelhantes aos verificados nos sistemas obrigatórios. Os elementos principais de uma estratégia de política consistente destinada a aumentar com êxito a cobertura através dos programas de inscrição automática incluem a identificação dos subgrupos de população que necessitariam de uma maior cobertura através de pensões privadas; a verificação de que os entraves à adesão a regimes de inscrição automática (p. ex., idade ou nível salarial) não impedem as pessoas de começar a contribuir cedo e não excluem os indivíduos que possam beneficiar de uma pensão privada complementar; a definição das taxas de contribuição predefinidas em coerência com o sistema geral de pensões; a avaliação cuidada da sua complementaridade com outros incentivos existentes; e a criação de campanhas de comunicação e educação eficazes que acompanhem o seu lançamento e implementação. Os empregadores desempenham muitas vezes um papel essencial na administração da inscrição automática, mas podem ficar sujeitos a custos de conformidade substanciais para além das contribuições pagas. Os custos para o Estado estão sobretudo relacionados com subsídios e equiparações das contribuições.

As fichas de pensões e as campanhas de comunicação sobre pensões nacionais (CCPN) são ferramentas essenciais para o sucesso dos sistemas de pensões na resolução dos desafios que enfrentam

As fichas de pensões individuais devem providenciar informação simplificada clara. Idealmente, devem congrega a informação de todas as fontes de pensões nacionais relevantes para o indivíduo. Os organizadores das fichas de pensões devem estabelecer objetivos claros e passíveis de ser medidos. A ficha de pensão deve procurar envolver e incentivar os membros a adotarem medidas concretas para uma melhor adequação do rendimento de reforma, por exemplo, através de um aumento das contribuições e/ou do adiamento da reforma. Os decisores políticos têm de avaliar se a ficha de pensão deverá incluir projeções da pensão, dada a correlação entre simplicidade e o potencial efeito das projeções no incentivo às escolhas ativas.

Idealmente, as CCPN devem fazer parte de uma estratégia global nacional, e grandes acontecimentos como as reformas das pensões e as crises exigem CCPN específicas. As CCPN bem-sucedidas são impulsionadas por objetivos claros, realistas e bem definidos que produzem resultados que podem ser medidos, avaliados e monitorizados face às suas metas e processos. Assim sendo, a robustez dos processos de avaliação é essencial. A avaliação deve ser um dos elementos essenciais do orçamento da campanha, mesmo nos casos em que os recursos sejam limitados. As CCPN devem evitar ter múltiplas mensagens e devem incidir nos grupos menos acessíveis. Por último, os decisores políticos devem encontrar formas de tirar partido dos poderes da imprensa, utilizar canais de comunicação inovadores e criar programas de proximidade destinados a aumentar a participação.

© OECD

Este sumário não é uma tradução oficial da OCDE.

A reprodução deste sumário é permitida desde que sejam mencionados o copyright da OCDE e o título da publicação original.

Os sumários multilingües são traduções dos excertos da publicação original da OCDE, publicada originariamente em Inglês e Francês.

Encontram-se livremente disponíveis na livraria on-line da OCDE www.oecd.org/bookshop

Para mais informações, entre em contato com a OECD Rights and Translation unit, Public Affairs and Communications Directorate. rights@oecd.org Fax: +33 (0)1 45 24 99 30.

OECD Rights and Translation unit (PAC)

2 rue André-Pascal, 75116

Paris, France

Visite nosso sítio www.oecd.org/rights



[Leia toda a versão em inglês na iBiblioteca OCDE \(OECD iLibrary\)!](#)

© OECD (2014), *OECD Pensions Outlook 2014*, OECD Publishing.

doi: 10.1787/9789264222687-en